

do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano e admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

e.2) Fundo de Destinação

Em 24.11.2010, o Banco assinou Memorando de Entendimentos com as entidades representativas de funcionários e aposentados, visando a destinação e utilização parcial do superávit do Plano, conforme determina a Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGFC n.º 26/2008.

Faço a aprovação das medidas previstas no Memorando de Entendimentos pelo Conselho Deliberativo da Previ, o Banco registrou, em 30.11.2010, em Outros ativos, o montante de R\$ 7.519.058 mil em contrapartida à baixa do valor na rubrica de Outros ativos - Ativo Atuarial, sendo corrigido pela meta atuarial (NPC + 5% a.a.).

e.3) Fundo de Contribuição

O Fundo de Contribuição é constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação para fazer frente à suspensão da cobrança de contribuições pelo período de três exercícios, conforme estabelecido no Memorando de Entendimentos. Mensalmente, o valor relativo às contribuições do Banco é transferido para a titularidade da Previ. O Fundo de Contribuição é corrigido pela meta atuarial (NPC + 5% a.a.).

e.4) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização é constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação e poderá ser utilizado pelo Banco após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (NPC + 5% a.a.).

f) Efeitos, no Plano Informal, da migração do Grupo Especial do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ:

	Antes da redução	Ganho com a redução	Depois da redução	R\$ mil
Valor presente líquido da obrigação	2.090.104	(999.087)	1.091.017	-
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-
Subtotal	2.090.104	(999.087)	1.091.017	-
Ganho/(perda) atuarial não reconhecido	(403.550)	294.449	(109.101)	-
Passivo líquido reconhecido no balanço	1.686.554	(704.638)	981.916	-

4.3 – Gestão de Riscos

a) Governança dos riscos

O gerenciamento de riscos no Conglomerado Financeiro do Banco do Brasil contempla os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas específicas e especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

O modelo de governança de riscos adotado pelo Banco envolve estrutura de comitê e subcomitês, com a participação de diversas áreas da instituição, abrangendo os seguintes aspectos:

- (i) segregação de funções: negócio versus risco;
- (ii) estrutura específica para avaliação/gestão de risco;
- (iii) processo de gestão definido;
- (iv) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- (v) normas claras e estrutura de alçadas; e
- (vi) referência às melhores práticas de gestão.

Todas as decisões relacionadas à gestão de riscos são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e normas internas do Banco do Brasil.

A governança de risco do Banco do Brasil, abrangendo o Banco Múltiplo e suas Subsidiárias Integrais, é centralizada no Comitê de Risco Global (CRG), o qual é composto pelos seguintes membros do Conselho Diretor, permanentes com direito a voto:

- (i) Presidente do Banco;
- (ii) Vice-Presidente de Gestão Financeira e Relação com Investidores;
- (iii) Vice-Presidente de Alacado, Negócios Internacionais e Private Banking;
- (iv) Vice-Presidente de Varejo, Distribuição e Operações;
- (v) Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos;
- (vi) Vice-Presidente de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável.

O CRG tem como principais competências:

- (i) estabelecer estratégia para gestão de riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional;
- (ii) definir limites globais de exposição a riscos;
- (iii) decidir sobre reservas mínimas de liquidez e sobre planos de contingência de liquidez; e
- (iv) aprovar a alocação de capital em função dos riscos.

O CRG reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por convocação do coordenador, mediante solicitação de qualquer de seus componentes, para assuntos que exijam urgência na decisão, observado o quorum de instalação e a conveniência administrativa.

Visando conferir agilidade ao processo de gestão, foram criados os Subcomitês de Risco de Crédito (SRC), de Mercado e de Liquidez (SRML) e de Risco Operacional (SRO), que decidem e/ou instrumentalizam o CRG, tendo poder decisório por delegação.

Dentre as competências do SRC, destacam-se:

- (i) decidir sobre modelos de gestão de risco de crédito, observadas as estratégias aprovadas no CRG;
- (ii) decidir sobre a implementação de ações que viabilizem o gerenciamento da carteira de crédito;
- (iii) estabelecer indicadores de apuração do risco da carteira de crédito e respectivas metas, planos de contingência atrelados à gestão do risco de crédito, entre outros; e
- (iv) encaminhar ao CRG propostas sobre os assuntos relacionados a risco de crédito.

Dentre as competências do SRML, destacam-se:

- (i) decidir sobre modelos para gestão de risco de mercado e de liquidez, observadas as estratégias aprovadas no CRG;
- (ii) definir limites específicos de exposição a risco de mercado;
- (iii) analisar e propor ao CRG os limites globais de exposição a risco de mercado;
- (iv) analisar e propor ao CRG a alocação de capital para cobertura do risco de mercado;
- (v) propor ao CRG a reserva mínima e os limites globais de risco de liquidez;
- (vi) propor ao CRG os planos de contingência de liquidez; e
- (vii) avaliar os resultados de *backtesting* e adotar, quando necessário, as medidas corretivas nos modelos de gestão de riscos de mercado e de liquidez.

Dentre as competências do SRO, destacam-se:

- (i) decidir sobre modelos de gestão de risco operacional, observadas as estratégias aprovadas no CRG;
- (ii) decidir sobre o estabelecimento de indicadores chave de risco e das faixas de tolerância, alerta e crítica para os respectivos indicadores;
- (iii) aprovar limites específicos de exposição ao risco operacional;
- (iv) aprovar planos de contingência atrelados à gestão do risco operacional;
- (v) definir ações de mitigação para perdas e indicadores chave de risco situados nas faixas críticas;
- (vi) acompanhar e avaliar as medidas implementadas para gerenciamento do risco operacional associado aos serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular do Banco; e
- (vii) propor limites globais de exposição ao risco operacional.

Os subcomitês reúnem-se, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por convocação do coordenador ou mediante solicitação de qualquer de seus componentes, para assuntos que exijam urgência na decisão, observado o quorum de instalação e a conveniência administrativa.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Quanto aos mecanismos de reporte dos níveis de exposição aos riscos à alta administração, destaca-se o painel de riscos, elaborado e reportado mensalmente aos subcomitês de riscos e ao CRG.

A Diretoria de Gestão de Riscos (Diris), vinculada à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (Vicri), responde pelo gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, operacional e de crédito. Esta integração proporciona sinergia de processos e especialização, contribuindo para uma melhor alocação de capital e aderência ao Novo Acordo de Basileia.

No processo de gerenciamento de riscos, as decisões são comunicadas às áreas intervenientes por meio de resoluções que expressam objetivamente o posicionamento assumido pela Administração, de forma a garantir sua aplicação em todos os níveis do Banco.

b) Processo de gestão de riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às seguintes fases:

Preparação

Compreende a coleta e análise dos dados. Nessa fase são analisadas e propostas medidas sobre os riscos, para discussão e deliberação nos subcomitês e, se necessário, posterior discussão e deliberação no CRG.

Decisão

As decisões são tomadas de forma colegiada nos escalões competentes e comunicadas às áreas intervenientes.

Execução

As áreas intervenientes implementam as decisões tomadas.

Acompanhamento/Gestão

É o controle realizado pela Diris, por meio da avaliação do cumprimento das deliberações e seus impactos no Banco, comunicando a situação dessas ações ao fórum competente (subcomitê ou CRG). O controle dessas decisões e o reporte aos subcomitês/CRG proporciona o aprimoramento do processo de gestão.

c) Risco de mercado

Risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

Políticas

As políticas de riscos de mercado e de utilização de instrumentos financeiros derivativos, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão de risco de mercado do Banco.

Esses documentos estabelecem as diretrizes a serem seguidas nas decisões negociais do Banco. Eles envolvem a avaliação de riscos de mercado, tratando tanto de aspectos quantitativos, tais como métricas utilizadas, quanto de aspectos qualitativos, tais como política de *hedge*, abrangência da gestão e segregação de funções.

No âmbito das políticas e estratégias de gestão dos riscos de mercado do Banco do Brasil, adota-se como princípio geral que o modelo de gestão tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de suas posições próprias.

No que tange à utilização de instrumentos financeiros derivativos, o Banco estipula, entre as suas políticas e estratégias, que são realizadas operações para atendimento das necessidades de seus clientes e para o

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

gerenciamento de posições próprias, considerando as diversas categorias de riscos e adotando visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

Destaca-se, ainda, que a negociação com instrumentos financeiros derivativos é condicionada à prévia avaliação da natureza e da dimensão dos riscos envolvidos.

No que tange às políticas de *hedge* adotadas para a gestão dos riscos de mercado, são definidos os objetivos a serem alcançados com as operações de *hedge* de forma consolidada para todo o Conglomerado, garantida a efetividade individual de cada operação, observadas as regulamentações locais, no caso de dependências no exterior.

Sistemas de mensuração de riscos e processos de comunicação e informação

O processo de mensuração dos riscos de mercado faz uso de sistemas corporativos e do aplicativo Riskwatch, desenvolvido pela empresa canadense Algoritmics. A infraestrutura de tecnologia da informação vinculada a este processo encontra-se instalada em ambientes localizados em Brasília (DF) e no Rio de Janeiro (RJ).

O aplicativo Riskwatch tem como principais objetivos:

- (i) consolidar informações gerenciais do Conglomerado, apurando e fornecendo informações para gestão do risco de mercado, risco de liquidez e para gestão de ativos e passivos; e
- (ii) fornecer medidas do risco de mercado e do risco de liquidez (produtos/fluxos de caixa por moeda e Indexador), bem como da gestão de ativos e passivos.

Dentre as funções do aplicativo Riskwatch, destacam-se:

- (i) calcular indicadores de risco de mercado, tais como VaR (paramétrico e não-paramétrico), *duration*, *yield* etc.;
- (ii) construir relatórios de fluxos de caixa consolidados ou por produto, marcados a mercado ou nominais;
- (iii) apurar a sensibilidade da carteira às flutuações nas taxas de juros nacionais e internacionais;
- (iv) calcular o resultado teórico de carteiras após aplicação de cenários históricos e de estresse;
- (v) construir relatórios de descasamentos de prazo, taxas, indexadores e moedas.

No Banco, as posições próprias são segregadas em carteira de negociação e carteira de não negociação. Por meio de resolução emitida pelo CRG, estipula-se a política para classificação de operações na carteira de negociação. Esse documento define que no âmbito do Banco do Brasil, suas subsidiárias e controladas, as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas condições normais de mercado, e não sejam inegociáveis, são classificadas na carteira de negociação.

De forma excidente, as operações de posições próprias não classificadas na carteira de negociação são consideradas como componentes da carteira de não negociação. As posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado não são passíveis de classificação na carteira de negociação.

Para o processo de gestão dos riscos de mercado, o Banco faz uso de estrutura de grupos e livros gerenciais, tanto para a área nacional quanto para a área internacional, com objetivos específicos e limites de exposição a riscos.

No que tange aos limites de exposição a riscos de mercado, o CRG estabelece os seguintes critérios de classificação:

Limites globais: aplicados às carteiras de negociação e de não negociação, ao conjunto de operações sujeitas à exigência de capital e ao conjunto de operações sujeitas ao risco de taxas de juros da carteira de não negociação (Parcela RBan) e aprovados pelo CRG. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR, estresse e volume financeiro.

Limites específicos: aplicados aos grupos e livros gerenciais das carteiras de negociação e de não negociação ou a ambas as carteiras, aos fatores de riscos de mercado das operações sujeitas à exigência

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

de capital e aos fatores de riscos de mercado sensíveis ao risco de taxa de juros na carteira de não negociação (fatores de risco da Parcela Rham) e aprovados pelo SRML. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR e estresse.

Limites operacionais: aplicados às operações que compõem os grupos e livros gerenciais, possibilitando a evidencição do efetivo nível de risco das exposições assumidas e tendo como objetivo garantir o cumprimento das estratégias e dos limites globais e específicos estabelecidos. São definidos e aprovados pela Diris, apresentando como principais métricas VaR e bandas operacionais de exposição a riscos de mercado.

A Diris reporta diariamente aos gestores dos grupos e livros das carteiras de negociação e não negociação, o consumo dos limites específicos e operacionais. Mensalmente, reporta aos comitês estratégicos o consumo dos limites globais, por meio do relatório de gestão de riscos de mercado.

Em caso de extrapolação de limites, a Diris, responsável pelo controle e acompanhamento da carteira, emite documento denominado "Ficha de Extrapolação de Limites". Os gestores de grupos e livros devem apresentar suas justificativas para a extrapolação e especificar o prazo para sua regularização. Por sua vez, o nível hierárquico detentor da alçada para conduzir o caso deve emitir parecer sobre a manutenção do gestor. Cabe à equipe responsável pelo monitoramento do limite acompanhar as ações de enquadramento.

A comunicação dos riscos incorridos pelo Banco para a Alta Administração ocorre nas reuniões ordinárias mensais dos Comitês e Subcomitês Estratégicos de Riscos.

O Banco utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

- (i) Análise de sensibilidade;
- (ii) Valor em Risco (VaR);
- (iii) Estresse.

(i) Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- a) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos, para negociação e disponíveis para venda, e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- b) operações classificadas na carteira de não negociação, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, títulos públicos, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Para realização da análise de sensibilidade são considerados dois cenários eventuais, nos quais a taxa básica de juros sofreria choques paralelos, um aumento ou uma redução da ordem de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual).

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e de não negociação.

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação

Fatores de risco		31.12.2012		31.12.2011		R\$ mil
Exposição		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps	
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	(14.021)	13.963	(3.138)	3.186	
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	(48)	48	(183)	183	
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(1.015)	1.055	(782)	805	
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	(1.554)	1.116	(794)	592	
Total		(16.639)	16.182	(4.897)	4.766	

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e não negociação

Fatores de risco		31.12.2012		31.12.2011		R\$ mil
Exposição		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps	
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	(3.471.483)	3.542.502	(1.312.088)	1.385.100	
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	2.730.206	(2.795.598)	2.090.904	(2.133.231)	
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(299.989)	316.941	(453.882)	473.540	
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	298.003	(288.442)	330.749	(316.032)	
Total		(746.263)	774.433	585.703	(580.623)	

(ii) Valor em Risco (VaR)

O VaR é uma métrica utilizada para estimar a perda máxima potencial, sob condições rotineiras de mercado, apresentada diariamente em valores monetários, considerando determinado intervalo de confiança e horizonte temporal.

Metodologia

Para mensuração do VaR, o Banco do Brasil adota a técnica de simulação histórica e os seguintes parâmetros: (i) 99% de intervalo de confiança unicaudal; (ii) 252 cenários retrospectivos de fatores de choques diários; e (iii) horizonte temporal de 10 dias úteis.

O método de simulação histórica assume como relevante a possibilidade de ocorrência futura de eventos registrados na série histórica (cenários retrospectivos). Logo, cada cenário retrospectivo corresponde a um possível estado do mercado sob o horizonte temporal de simulação. Uma das grandes vantagens do método de VaR por simulação histórica reside no fato de se mitigar o risco de modelagem, haja vista que a utilização da distribuição empírica de retornos torna desnecessária a assunção da hipótese de normalidade para a série temporal de retornos, comumente assumida por outros métodos, tais como o paramétrico.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica do VaR das exposições sujeitas a riscos de mercado são classificados nas seguintes categorias: (i) taxas de juros: risco da variação dos cupons de taxas de juros praticados no mercado. (Exemplo: prefixado, cupom de dólar, cupom de IPCA, (Índice de preços ao consumidor amplo), cupom de TR (taxa referencial)); (ii) taxas de câmbio: risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado. (Exemplo: real versus dólar, real versus euro, real versus iene); (iii) preços de ações: risco da variação dos preços de ações praticados no mercado. (Exemplo: PETR4 (Petróbras-PN), VALE5 (Vale-PNA)); e (iv) preços de mercadorias (commodities): risco da variação dos preços de mercadorias no mercado. (Exemplo: boi gordo, soja, milho).

Processo de backtesting

O objetivo do *backtesting*, executado mensalmente, é avaliar a acurácia do modelo de risco de mercado. Esta avaliação está segregada dos processos de desenvolvimento e de utilização da métrica de VaR.

A metodologia utilizada pelo Banco consiste em verificar se o número de extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo VaR) está compatível com aquele previsto pelo modelo (sob o ponto de vista estatístico), bem como se ocorreram de forma independente ao longo do tempo.

De forma complementar, visando oferecer um comparativo entre modelos, realiza-se a avaliação de magnitude de valores externos e, ainda, o ordenamento dos modelos de VaR.

Resultados do VaR

A tabela abaixo apresenta o VaR mínimo, médio e máximo do Conglomerado, exceto Banco Votorantim.

VaR mínimo, médio e máximo

Período	Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro a dezembro / 2012	1.072,784	1.530,693	2.080,263
Janeiro a dezembro / 2011	491,601	939,342	1.877,574

Grupo trading

Para efeito de gestão, o Banco do Brasil segrega as operações de *trading book* (carteira de negociação) das demais operações, estabelecendo estratégias e limites próprios. Os grupos a seguir demonstrados, *trading internacional* e *trading doméstico*, são subconjuntos da carteira de negociação.

VaR mínimo, médio e máximo do grupo trading internacional

Período	Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro a dezembro / 2012	2.732	24.915	90.612
Janeiro a dezembro / 2011	852	4.688	14.431

VaR mínimo, médio e máximo do grupo trading doméstico

Período	Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro a dezembro / 2012	3	2.268	14.637
Janeiro a dezembro / 2011	107	4.942	15.465

(iii) Estresse

O Banco utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência nos requerimentos de capital regulatório e econômico.

O programa de testes de estresse do Banco do Brasil tem os seguintes objetivos:

- (i) estar integrado à estrutura de gerenciamento de riscos da Instituição;
- (ii) associar potenciais perdas a eventos plausíveis;
- (iii) ser considerado no desenvolvimento das estratégias de mitigação de riscos e nos planos de contingência da instituição;
- (iv) ser realizado individualmente por fator de risco e de forma conjunta; e
- (v) considerar a concentração em determinados fatores de risco os instrumentos não lineares e a quebra das premissas do modelo de VaR.

Para exigência de capital, o programa de testes de estresse de risco de mercado faz uso de métodos de avaliação baseados em:

- (i) Testes retrospectivos;
- (ii) Testes prospectivos;
- (iii) Testes de análise de sensibilidade.

Teste retrospectivo

O método do teste retrospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor de mercado das exposições, mediante a aplicação de choques compatíveis com cenários específicos capazes de reproduzir períodos históricos de estresse do mercado ou de maiores perdas da instituição, considerando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: mínimo (pior perda) e máximo (maior ganho) da série histórica de retornos diários da carteira de negociação;
- (ii) extensão da série histórica: de 04/01/2000 até a data-base;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: semanal.

O controle, o monitoramento e o acompanhamento diário dos limites de estresse, para a carteira de negociação do Banco do Brasil e para os seus grupos e livros, são realizados com base nas métricas do teste retrospectivo de estresse.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da Instituição. Seguem os resultados dos testes retrospectivos de estresse da carteira de negociação de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Banco do Brasil.

Estimativas de perdas do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2012	Estresse
Taxas de juros	5.433,249	(1.357,428)
Moedas estrangeiras	(38.637)	(1.003,006)
Commodities	(4.754)	(63,477)
Ações	3.802	(654)
Total	5.393,660	

Estimativas de ganhos do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2012	Estresse
Taxas de juros	5.433,249	1.476,064
Moedas estrangeiras	(38.637)	1.464,690
Commodities	(4.754)	4.719
Ações	3.802	1.052
Total	5.393,660	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Estimativas de perdas do teste retrospectivo de estresse

R\$ mil		
Fator de risco	31.12.2011	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	4.374.947	(758.403)
Moedas estrangeiras	1.734.800	(1.999.923)
Commodities	(6.206)	(71.299)
Ações	4.262	(2.472)
Total	6.107.803	

Estimativas de ganhos do teste prospectivo de estresse

R\$ mil		
Fator de risco	31.12.2011	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	4.374.947	888.016
Moedas estrangeiras	1.734.800	4.057.826
Commodities	(6.206)	11.860
Ações	4.262	2.839
Total	6.107.803	

Teste prospectivo

O método do teste prospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor de mercado das exposições sujeitas aos fatores de riscos subjacentes à exigência de capital para cobertura de riscos de mercado, mediante a aplicação de choques nos fatores de riscos de mercado, estimados a partir de cenários de estresse gerados pela Diretoria de Estratégia e Organização (Dieno) e pela Diretoria de Finanças (Difin), considerando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: maiores perdas e maiores ganhos estimados para os retornos da carteira de negociação no período;
- (ii) extensão da série: prospecção para 21 dias úteis;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: semanal.

Os testes prospectivos de estresse objetivam simular adversidades baseadas em características da carteira da instituição e do ambiente macroeconômico, sob condições severas e plausíveis. Seguem os resultados dos testes prospectivos de estresse da carteira de negociação, de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Banco do Brasil.

Na estimativa de perdas do teste prospectivo de estresse, em 31/12/2012, para a carteira de negociação do Banco, com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros, moedas estrangeiras, commodities e ações, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, foram utilizadas como premissas: taxa média de juros anuais de 15,33%; taxa de câmbio (real/dólar) de R\$ 1,93; variação negativa de 4,70% do índice *Commodity Research Bureau* (CRB) para os preços das commodities; e variação negativa de 8,58% do índice BOVESPA.

Estimativas de perdas do teste prospectivo de estresse

R\$ mil		
Fator de risco	31.12.2012	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	5.433.249	(566.777)
Moedas estrangeiras	(38.637)	3.836
Commodities	(4.754)	31.020
Ações	3.802	(373)
Total	5.393.660	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Na estimativa de ganhos do teste prospectivo de estresse, em 31/12/2012, para a carteira de negociação do Banco, com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros, moedas estrangeiras, commodities e ações, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, foram utilizadas como premissas: taxa média de juros anuais de 6,32%; taxa de câmbio (real/dólar) de R\$3,15; variação positiva de 5,54% do índice *Commodity Research Bureau* (CRB) para os preços das commodities; e variação positiva de 5,58% do índice BOVESPA.

Estimativas de ganhos do teste prospectivo de estresse

R\$ mil		
Fator de risco	31.12.2012	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	5.433.249	57.123
Moedas estrangeiras	(38.637)	38.637
Commodities	(4.754)	(7.121)
Ações	3.802	242
Total	5.393.660	

Na estimativa de perdas do teste prospectivo de estresse para a carteira de negociação do Banco em 31/12/2011, foram utilizadas as seguintes premissas:

- (i) Para os fatores de riscos das parcelas Pjur e Pcam, com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros e moedas estrangeiras, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, taxa média de juros anuais de 18,49%, para os fatores de riscos da parcela Pjur, e taxa de câmbio (real/dólar) de R\$1,80;
- (ii) Para os fatores de risco da parcela Pacs (ações), foi considerada a premissa de variação negativa de 37,17% correspondente ao pior retorno diário da série histórica observada do índice BOVESPA extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04/01/2000 até 31/12/2011, de acordo com metodologia vigente); e
- (iii) Para os fatores de risco da parcela Pcom (boi gordo, café, milho e soja), foi adotada a premissa de variação negativa de 4,86% do índice *Commodity Research Bureau* (CRB) extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04/01/2000 até 31/12/2011, de acordo com metodologia vigente).

Estimativas de perdas do teste prospectivo de estresse

R\$ mil		
Fator de risco	31.12.2011	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	4.374.947	(64.939)
Moedas estrangeiras	1.734.800	(63.023)
Commodities	(6.206)	39.717
Ações	4.262	(2.045)
Total	6.107.803	

Na estimativa de ganhos do teste prospectivo de estresse para a carteira de negociação do Banco em 31/12/2011, foram utilizadas as seguintes premissas:

- (i) Para os fatores de riscos das parcelas Pjur e Pcam, com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros e moedas estrangeiras, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, taxa média de juros anuais de 10,93%, para os fatores de riscos da parcela Pjur, e taxa de câmbio (real/dólar) de R\$3,20;
- (ii) Para os fatores de risco da parcela Pacs (ações), foi considerada a premissa de variação negativa de 32,96% correspondente ao maior retorno diário da série histórica observada do índice BOVESPA extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04/01/2000 até 31/12/2011, de acordo com metodologia vigente); e
- (iii) Para os fatores de risco da parcela Pcom (boi gordo, café, milho e soja), foi adotada a premissa de variação positiva de 2,63% do índice *Commodity Research Bureau* (CRB) extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04/01/2000 até 31/12/2011, de acordo com metodologia vigente).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Estimativas de ganhos do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2011		R\$ mil
	Exposição	Estresse	
Taxas de juros	4.374.947	30.193	
Moedas estrangeiras	1.734.800	1.100.994	
Commodities	(6.206)	(14.139)	
Ações	4.262	(2.172)	
Total	6.107.803		

Exposição cambial

O Banco do Brasil adota política de gerenciar a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Banco.

A exposição cambial líquida, para 31.12.2012, é passiva no valor de US\$ 1.295,9 milhões e, para o período de 31.12.2011, é passiva no valor de US\$ 427,1 milhões. Esse posicionamento é o resultado da estratégia de *hedge* fiscal adotada pelo Banco e autorizada pelo Banco Central do Brasil, onde a posição vendida em moeda estrangeira tem o objetivo de proporcionar *hedge* para a participação em investimentos no exterior e a redução da volatilidade no resultado do Banco.

Balanco em moedas estrangeiras

Moeda	Contas patrimoniais				R\$ mil
	31.12.2012		31.12.2011		
	Anivo	Passivo	Anivo	Passivo	
Dólar dos EUA	104.285.492	119.889.056	78.367.613	86.382.544	
Euro	13.900.711	11.413.102	11.056.301	10.573.633	
Libra Esterlina	493.979	631.813	104.679	166.220	
Iene	1.518.869	2.086.656	1.406.371	2.134.978	
Franco Suíço	102.862	11.703	58.934	20.751	
Dólar Canadense	2.892	2.083	-	-	
Ouro	19.883	-	18.240	-	
Demais moedas	10.066.621	10.938.831	7.322.561	7.638.726	
Total	123.991.309	144.953.254	98.334.699	106.916.852	
Posição líquida – contas patrimoniais		(14.961.945)		(8.992.153)	

Moeda	Derivativos				R\$ mil
	31.12.2012		31.12.2011		
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Dólar dos EUA	29.294.294	16.373.930	20.231.767	11.754.974	
Euro	3.576.665	5.230.549	3.533.934	3.956.246	
Libra Esterlina	333.548	363.735	45.908	63.699	
Iene	1.022.137	557.440	668.282	269.015	
Franco Suíço	-	80.803	-	36.591	
Dólar Canadense	-	205	-	-	
Demais moedas	770.988	67.301	171.264	809.344	
Total	34.997.622	22.683.963	24.671.155	16.890.172	
Posição líquida – derivativos	12.313.659		7.760.983		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Moeda	31.12.2012	31.12.2011	R\$ mil
	Posição líquida	Posição líquida	
Dólar dos EUA	(2.683.210)	461.863	
Euro	433.725	60.354	
Libra Esterlina	(188.021)	(79.631)	
Iene	(83.090)	(309.340)	
Franco Suíço	359	1.593	
Dólar Canadense	594	-	
Ouro	19.883	18.240	
Demais moedas	(188.523)	(954.245)	
Posição líquida total	(2.648.286)	(801.170)	

Resumo		31.12.2012	31.12.2011	R\$ mil
Totais – contas patrimoniais e derivativos		164.988.931	167.637.217	123.005.854
Posição líquida total			(2.648.286)	(801.170)
Posição líquida total – em US\$			(1.295.956)	(427.108)

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ter a capacidade de honrar seus compromissos financeiros no vencimento, sem incorrer em perdas inaceitáveis. Para fins de gestão de riscos, a liquidez é avaliada em valores monetários segundo composição de ativos e passivos estabelecida pelo gestor da liquidez.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

O Banco mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos da instituição assumidos no Brasil e no exterior, resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes, da qualidade dos seus ativos, da capilaridade da sua rede de dependências externas e do acesso ao mercado internacional de capitais. O rigoroso controle do risco de liquidez está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez estabelecida para o Conlomerado, atendendo às exigências da supervisão bancária nacional e dos demais países onde o Banco atua.

A gestão do risco de liquidez no Banco é realizada de forma consolidada para cada uma das visões da liquidez, moeda nacional e moeda estrangeira. Para tanto, utiliza os seguintes instrumentos: (i) projeções de liquidez de curto, médio e longo prazos; (ii) teste de estresse; (iii) limites de risco de liquidez; (iv) plano de contingência de liquidez; e (v) teste de potencial das medidas de contingência de liquidez.

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez são periodicamente monitorados e reportados aos comitês estratégicos da instituição.

As projeções de liquidez de curto, médio e longo prazos permitem a avaliação prospectiva do fluxo de caixa com o objetivo de identificar situações que possam comprometer a instituição.

Periodicamente, são realizados testes de estresse, quando a projeção de liquidez de curto prazo é avaliada sob cenários alternativos e de estresse, para verificar a capacidade de recuperação da liquidez da instituição em condições adversas e propor medidas corretivas, caso necessário.

O Banco do Brasil adota as seguintes métricas como limites de risco de liquidez: (i) reserva de liquidez (RL); e (ii) indicador disponibilidade de recursos livres (DRL).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A RL é a métrica utilizada na gestão do risco de liquidez de curto prazo, constituindo-se no nível mínimo de ativos de alta liquidez a ser mantido pelo Banco, compatível com a exposição ao risco decorrente das características das suas operações patrimoniais e fora do balanço e das condições de mercado. Esta metodologia é utilizada diretamente como parâmetro para identificação de estados de contingência e consequente acionamento do plano de contingência de liquidez.

O DRL é utilizado no planejamento e na execução do orçamento anual. Visa assegurar equilíbrio entre captação e aplicação de recursos da carteira comercial e garantir o financiamento da liquidez em moeda nacional com recursos estáveis. O limite mínimo do DRL é definido anualmente pelo CRG e seu monitoramento ocorre com periodicidade mensal.

O plano de contingência de liquidez é um conjunto de procedimentos que visa identificar, administrar e reportar estados de contingência de liquidez, possibilitando o acionamento de medidas de contingência de liquidez no intuito de resguardar a capacidade de pagamento da instituição.

Como mecanismo adicional de controle, a capacidade de geração de liquidez das medidas de contingência, previstas no plano de contingência de liquidez, é testada mensalmente por meio do teste de potencial de medidas de contingência, à luz dos efeitos de diferentes cenários sobre a liquidez da instituição e sua capacidade de geração de recursos líquidos.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez da instituição. Enquanto o limite da reserva de liquidez assegura o controle do risco decorrente do fluxo de caixa diários, o DRL monitora a visão de médio e longo prazo da condição financeira da empresa, garantindo a geração de recursos estáveis para o financiamento da liquidez operacional.

O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazo da instituição, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento de plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

A composição das captações em uma ampla e diversificada base de clientes constitui um elemento importante da gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil. A principal captação e representada pelos depósitos comerciais, formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em produtos sem maturidade definida tendo os seus vencimentos para fins de gestão de riscos de mercado e de liquidez definidos segundo modelos internos.

Outros passivos comerciais são os depósitos judiciais, que também se caracterizam por elevada estabilidade e maturidade indefinida. As captações no mercado externo destinadas ao financiamento de exportações e importações, e outras captações comerciais representadas por outros recursos à vista, como cobrança, ordem de pagamento, pagamento e recebimento por conta de terceiros etc.

As captações realizadas no âmbito da tesouraria do Banco e as captações em operações compromissadas listreadas em títulos são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez operacional e em implementações de estratégias de mercado de capitais em captações de médio e longo prazo.

Tendo em vista apresentar o perfil de maturidade das captações de acordo com os critérios da IFRS 7, os depósitos sem maturidade definida (SMd), depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo com liquidez diária e os depósitos judiciais terão seus vencimentos alocados no primeiro vértice das tabelas a seguir.

O perfil da composição da captação no quarto semestre de 2012, em relação ao mesmo período de 2011, indica aumento da participação dos depósitos comerciais e dos depósitos judiciais que, a despeito de estarem alocados no intervalo de até um mês, apresentam alta grau de estabilidade.

A elevação observada de R\$ 34 bilhões no volume total da captação entre dezembro 2012 e dezembro 2011 deve-se, principalmente, ao aumento dos depósitos a prazo voluntários e dos depósitos em poupança

160

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Composição das captações

Passivo	31.12.2012					Acima de 5 anos	Total	Part%
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Total			
Depósitos comerciais sem maturidade definida	297.966.880	-	-	-	-	297.966.880	35,2%	
Depósitos comerciais com maturidade definida	2.080.822	1.391.013	408.632	4.292.329	-	8.172.796	1,0%	
Captação de tesouraria	5.786.428	9.595.623	32.737.754	27.711.186	15.858.354	91.689.524	10,8%	
Operações compromissadas	167.835.109	21.789.115	1.487.949	3.747.464	-	194.859.638	23,0%	
Fundos e repasses	2.841.914	9.630.755	10.231.395	50.082.539	21.877.150	94.663.653	11,2%	
Depósitos judiciais	86.252.349	-	-	-	-	86.252.349	10,2%	
Captação no mercado externo	3.804.756	11.369.466	2.123.046	11.890.722	26.917.903	56.105.894	6,6%	
Outras captações comerciais	16.092.028	2.680	832	1.235	-	16.096.774	1,9%	
Total	582.660.185	53.778.852	46.898.808	97.725.456	64.653.407	845.807.508	100,0%	

Passivo	31.12.2011					Acima de 5 anos	Total	Part%
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Total			
Depósitos comerciais sem maturidade definida	276.605.753	-	-	-	-	276.605.753	39,3%	
Depósitos comerciais com maturidade definida	1.972.006	1.999.461	672.946	2.389.402	167.906	7.821.722	1,1%	
Captação de tesouraria	10.539.100	4.040.512	8.560.593	20.268.147	6.600.142	50.286.102	7,1%	
Operações compromissadas	137.447.684	11.827.941	1.189.941	2.129.039	13.511	152.407.573	21,6%	
Fundos e repasses	6.966.297	8.456.791	9.424.594	35.413.092	25.936.339	86.197.103	12,2%	
Depósitos judiciais	77.441.739	-	-	-	-	77.441.739	11,1%	
Captação no mercado externo	1.788.250	3.873.607	4.498.292	5.087.446	29.529.815	44.777.410	6,4%	
Outras captações comerciais	9.280.065	1.819	-	-	-	9.281.884	1,3%	
Total	522.110.954	29.999.588	24.646.338	65.656.132	62.268.312	704.591.424	100%	

31.12.2011

Passivo	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acúmulo de 5 anos	Total	Part%
Depósitos comerciais sem maturidade definida	276.695.753	-	-	-	-	276.695.753	39,2%
Depósitos comerciais com maturidade definida	1.972.006	1.999.461	972.848	2.389.402	187.905	7.521.722	1,1%
Captação de tesouraria	10.539.100	4.040.512	8.560.559	20.547.153	6.600.742	50.288.100	7,1%
Operações compromissadas	137.447.684	11.627.398	1.189.841	2.129.039	13.511	152.407.573	21,6%
Fundos e repasses	6.966.297	8.456.791	9.424.594	35.413.092	25.936.339	86.197.103	12,2%
Depósitos judiciais	77.441.739	-	-	-	-	77.441.739	11%
Captação no mercado externo	1.782.250	3.873.607	4.498.292	5.087.446	29.529.815	44.777.410	6,4%
Outras captações comerciais	9.260.065	1.819	-	-	-	9.261.884	1,3%
Total	522.110.894	29.999.588	24.646.338	66.656.132	62.268.312	704.591.282	100%

Contratos de garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são compromissos condicionais de crédito emitidos pelo Banco para garantir o desempenho de clientes pessoas físicas, pessoas jurídicas e outras instituições financeiras perante terceiros.

A natureza contingente desses passivos é considerada para fins de gestão do risco de liquidez do Banco na composição dos cenários utilizados no teste de estresse de liquidez realizado mensalmente.

Segue resumo do valor contábil dos contratos de garantias financeiras realizados pelo Banco, destacando-se que o prazo médio ponderado de vencimento do estoque em dezembro 2012 atingiu 64 dias e 51 dias em dezembro 2011:

Contratos de garantias financeiras			
R\$ mil			
Descrição	31.12.2012	31.12.2011	
Instituições financeiras	963.998	315.165	
Pessoas físicas e pessoas jurídicas	11.219.430	8.817.718	
Cobranças em cessões de crédito	10.022	18.377	
Demais contingências	2.002.505	1.988.553	
Total	14.215.955	11.139.533	

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes. A estratégia de *hedge* está em consonância com a

161

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições, por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

O perfil de maturidade contratual do passivo com derivativos financeiros está apresentado na Nota 39.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização do contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- Risco de Contraparte: entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- Risco País: entendido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entradas na conversão cambial dos valores recebidos;
- Risco de Commitment: A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- Risco do Intervêniente: A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito;
- Risco de Concentração: A possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a um tomador ou contraparte, a um fator de risco ou a grupos tomadores ou contrapartes relacionadas por meio de características comuns.

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária. Objetiva identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar o risco das exposições, contribuir para a manutenção da solidez e da solvência e garantir o atendimento dos interesses dos acionistas.

Política de crédito

A política de crédito aprovada pelo Conselho de Administração aplica-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e está estruturada em quatro blocos: aspectos gerais, assunção de risco de crédito, cobrança e recuperação de crédito e gerenciamento do risco de crédito. Cada bloco contém um conjunto abrangente de enunciados, os quais englobam todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito no Banco do Brasil.

Relacionamos alguns tópicos abordados na política de crédito do Banco do Brasil: (i) conceito de risco de crédito; (ii) segregação de funções; (iii) decisões colegiadas; (iv) apêite ao risco; (v) limites de risco; (vi) classificação de clientes; (vii) condições para assunção de risco; (viii) orientações para cobrança e recuperação de crédito; (ix) perda esperada, capital econômico e regulatório; (x) níveis de provisão e de capital; (xi) testes de estresse e análise de sensibilidade; e (xii) planejamento de capital.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Política de mitigação

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota postura conservadora e utiliza mecanismos que proporcionam a cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela alta administração, o Banco busca transferir ou compartilhar o risco de crédito.

A utilização de instrumentos mitigadores está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da Organização e abrangendo todas as etapas do processo creditício.

Para a vinculação em garantia, os bens são submetidos à avaliação técnica ou avaliação por meio de opinião de valor, cujo prazo de validade é de até doze meses. No caso de garantia pessoal, é analisada a situação econômico-financeira dos avalistas ou fiadores, além das suas responsabilidades diretas e indiretas no Banco, sendo ponderadas as dívidas com terceiros, em especial as dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente. Entre outros aspectos, as normas abordam a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

O risco de crédito é mensurado por indicadores tais como atraso, qualidade da carteira, provisão para devedores duvidosos, concentração, perda esperada e exigência de capital regulatório e econômico, entre outros.

Esses indicadores de risco podem ser apurados para a carteira total e/ou para determinados segmentos da carteira, sendo reportados por meio dos instrumentos de gestão.

Na classificação de risco utilizada pelo Banco para as operações de crédito, são utilizadas informações fornecidas pelas diversas bases corporativas e considerados, para a apuração do risco final dessas operações, parâmetros relacionados à operação analisada (natureza da operação, garantias, inadimplência, prazo etc.), e ao mutuário (risco do cliente, limite de crédito, nível de endividamento, atrasos observados nos pagamentos das operações, etc.), bem como operações com riscos mais elevados presentes no portfólio do cliente ou do grupo empresarial ao qual pertença.

Os critérios de classificação do risco das operações no Banco do Brasil dividem-se, de acordo com as características das operações, conforme abaixo:

- operações específicas: são assim consideradas as operações que possuam alguma característica que minimize o risco de crédito, tais como garantias ou produtos específicos;
- operações de clientes em situação de concordata, falência, recuperação judicial/extrajudicial ou similares constantes no Código Civil Brasileiro: esse tipo de situação é ponderada na classificação do risco das operações;
- operações de renegociação de dívidas: classificadas com base no risco final da operação renegociada; e
- demaís operações: aqueles não enquadradas nas situações anteriores, subdividindo-se em dois subgrupos:
 - clientes com endividamento igual ou inferior a R\$ 50 mil: classificação massificada em função do produto de crédito no qual a operação é contratada; e
 - clientes com endividamento superior a R\$ 50 mil: ponderam-se aspectos relacionados ao devedor (limite de crédito e endividamento total) e aspectos da própria operação (natureza, finalidade, prazo e garantias) por meio de formulação matemática específica.

O quadro a seguir demonstra a classificação de risco utilizada pelo Banco ao se aplicar os critérios de apuração de risco, baseada em dados da operação (natureza, finalidade, garantias, prazos, risco do projeto) e do cliente (risco, limite de crédito e endividamento total) capturados diretamente dos sistemas operacionais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Classificação de risco de crédito

Classificação	Nível de Risco	Descrição
AA	Baixo Risco	Operações classificadas em menores níveis de risco, com baixa probabilidade de default.
A		
B		
C	Médio Risco	Operações classificadas em ratings médios. Normalmente são operações de clientes recentes ou com histórico de restrições, podendo também ser operações renegociadas ou classificadas por atraso ou atraso ⁽¹⁾ .
D		
E		
F	Alto Risco	Operações de ratings mais elevados, com alta probabilidade de default, podendo ser operações em atraso, sujeitas a atraso ⁽¹⁾ ou renegociadas.
H		

(1) Mecanismo de mudança automática do risco de uma operação causada pela existência, no portfólio do cliente ou grupo ao qual pertença, de operações com risco mais elevado.

A classificação constante na tabela, que varia de risco AA ao risco H, é uma analogia ao definido pela norma do Banco Central do Brasil, onde é estabelecido que a classificação de risco de operações de crédito deve ser realizada em ordem decrescente de risco, a partir de critérios consistentes e verificáveis, contemplando os aspectos relacionados ao devedor e seus garantidores. Pela tabela, quanto maior a classificação, maior é o risco da operação para a instituição financeira.

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e complexidades dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que sua mensuração seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos suficiente para efetuar a forma abrangente.

Exposição máxima ao risco de crédito

	31.12.2012	31.12.2011
R\$ mil		
Caixa e depósitos bancários	12.690.206	10.492.143
Depósitos compulsórios em bancos centrais	80.097.865	93.689.887
Empréstimos a instituições financeiras	44.241.484	41.846.491
Aplicações em operações compromissadas	189.515.889	139.032.201
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	74.925.946	68.294.472
Ativos financeiros disponíveis para venda	96.704.680	84.328.189
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	12.713.398	14.997.329
Empréstimos a clientes	514.246.614	411.331.183
Total dos itens registrados no balanço patrimonial	1.025.166.662	864.011.995
Itens não registrados no balanço patrimonial	156.887.240	126.122.078
Total da exposição a risco de crédito	1.182.053.902	990.134.073

Os ativos representativos de caixa e depósitos bancários e depósitos compulsórios em bancos centrais não apresentam risco de crédito relevante. As demais exposições são detalhadas a seguir.

Empréstimos a instituições financeiras

Os empréstimos a instituições financeiras referem-se às aplicações em depósitos interfinanceiros e às carteiras de crédito adquiridas com coobrigação da instituição cedente e são apresentados na Nota 16.

Esses créditos seguem a análise de risco da instituição, sendo classificados por rating interno. Apresentam baixo risco de crédito e não apresentam créditos vencidos ou sujeitos a perda por redução do valor recuperável.

Operações compromissadas

As operações compromissadas são realizadas principalmente com o Banco Central do Brasil e com outras instituições financeiras. Os títulos e valores mobiliários utilizados como lastro dessas operações são, em

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

regra, títulos públicos federais. Essas operações não apresentam créditos vencidos ou sujeitos a perdas por redução do valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros registrados ao valor justo, por meio do resultado, são representados por títulos e valores mobiliários mantidos para negociação e por instrumentos financeiros derivativos, cujas variações em seus valores, negativas ou positivas, impactam o resultado.

Os ativos disponíveis para venda são compostos por títulos públicos, predominantemente emitidos pelo Governo Federal, e também por títulos privados. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são avaliados pelo valor justo e as variações impactam diretamente o Patrimônio Líquido.

Na composição do valor dos instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e dos disponíveis para venda já é considerado o risco de crédito da contraparte.

Os ativos mantidos até o vencimento são compostos, em sua maioria, por títulos públicos federais e não apresentam risco de crédito relevante.

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e referem-se aos limites de crédito, crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fiduciária, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Os itens não registrados no balanço patrimonial estão apresentados na Nota 40.

Empréstimos a clientes

Os empréstimos a clientes estão classificados em:

- (i) não vencidos e não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável;
- (ii) vencidos e não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável; e
- (iii) sujeitos a perdas por redução do valor recuperável.

	31.12.2012	31.12.2011
R\$ mil		
Não vencidos e não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável	473.846.949	379.129.703
Vencidos e não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável	15.634.789	10.663.824
Sujeitos a perdas por redução do valor recuperável	24.864.876	21.537.656
Total de empréstimos a clientes	514.246.614	411.331.183
Perdas por redução do valor recuperável	(16.175.830)	(12.286.689)
Total líquido	498.070.784	399.032.494

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os detalhes das exposições ao risco de crédito com empréstimos a clientes são dispostos a seguir:

Empréstimos a Clientes - não vencidos e não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável

	31.12.2012	31.12.2011
R\$ mil		
Nível de Risco		
Baixo Risco	467.375.734	372.741.340
Médio Risco	6.265.869	6.137.079
Alto Risco	205.346	251.284
Total	473.846.949	379.129.703

São considerados "Empréstimos a Clientes – não vencidos e não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável" as operações de crédito em situação de normalidade e sem indícios de perda.

Os empréstimos classificados como de alto risco não estão sujeitos a perda por redução do valor recuperável em função de que, pelos critérios adotados, não foram evidenciados problemas de recuperabilidade dessas operações. Em 31.12.2012, apenas 0,04% das exposições dessa categoria estão concentradas em operações consideradas de alto risco.

Exposições classificadas como de médio e alto riscos são justificadas, principalmente, por empréstimos a clientes que, apesar de terem operações de crédito ativas, possuem baixo perfil de tomada de crédito, perfil de tomada de crédito antigo ou limites de crédito inativos e, consequentemente, sem contratação de novas operações, porém com manutenção e pagamentos de parcelas das operações existentes.

De modo prudencial, o Banco do Brasil atribui níveis de risco mais conservadores às operações desses clientes em função da escassez de informações para sua análise.

Empréstimos a Clientes - vencidos e não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável

	31.12.2012	31.12.2011
R\$ mil		
1 a 60 dias	14.510.606	9.752.204
61 a 90 dias	545.618	582.890
Acima de 90 dias	478.565	329.040
Total	15.534.789	10.663.934

Os "Empréstimos a Clientes - vencidos e não sujeitos a perda por redução do valor recuperável" são operações vendidas sem índice de perda, ou vendidas com índice de perda que, conforme metodologia, não foi apurada perda por redução do valor recuperável.

As operações com prazo de vencido superior a 90 dias foram consideradas sem perda por redução do valor recuperável por ter sido concedido prazo para a regularização dos vencimentos, seja por pagamentos das parcelas em atraso ou por repactuação dos prazos, conforme critérios estabelecidos pelos gestores de produtos. Após o prazo concedido, atendidos os critérios, as operações passam para a situação de normalidade e as operações não regularizadas serão obrigatoriamente reclassificadas, podendo ser apurada perda por redução do valor recuperável.

Empréstimos a Clientes - sujeitos a perda por redução do valor recuperável

	31.12.2012	31.12.2011
R\$ mil		
Avaliação coletiva	23.333.551	20.530.664
Avaliação individual	1.531.325	1.006.982
Total	24.864.876	21.537.656

Na determinação dos "Empréstimos a clientes - sujeitos a perda por redução do valor recuperável" são consideradas as operações com índice de perda e para as quais, segundo metodologia adotada, foi apurada perda por redução do valor recuperável.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Para empréstimos a clientes de valor significativo e com problemas de recuperabilidade, o Banco efetua análise individualizada para mensuração de perdas incorridas. Para os demais empréstimos a clientes o Banco efetua análise massificada.

São considerados empréstimos com problemas de recuperabilidade as operações de clientes com dificuldade financeira, que são objeto de uma quebra de contrato como, por exemplo, inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal, bem como as operações em que for provável que o mutuário entrará em falência ou passará por alguma reorganização financeira.

O problema de recuperabilidade é tratado como sendo inerente ao cliente e não exclusivamente em relação às operações. Assim, identificada alguma operação em tal situação, todas as demais operações do cliente são classificadas da mesma forma.

Para determinação da relevância da exposição e consequente mensuração individualizada de perdas, o Banco classifica o cliente e não apenas suas operações como relevantes e não-relevantes, com base em seu endividamento total. São considerados como relevantes os clientes com endividamento a partir do qual suas novas operações necessitam de despacho em alçada superior, pertencente ao nível decisório estratégico.

Segregados os clientes detentores de endividamento com problemas de recuperabilidade e de valor considerado relevante, seus empréstimos serão avaliados individualmente pela área responsável pela cobrança e recuperação de créditos do Banco do Brasil.

Na avaliação individual, são ponderados aspectos inerentes ao cliente e específicos das operações, tais como:

- (i) situação das operações do cliente;
- (ii) compartilhamento de risco (risco Banco do Brasil versus risco de terceiros);
- (iii) situação econômico-financeira do cliente;
- (iv) restrições de crédito inerentes ao cliente, tanto internas quanto externas (política de crédito do Conglomerado, histórico de atuação em crédito e registros em bureaus de crédito);
- (v) garantias das operações.

Ativos recebidos em garantia

As garantias vinculadas aos empréstimos a clientes são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais - imóveis localizados em área rural (terrenos);
- (ii) imóveis urbanos - imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lojas urbanas, lojas etc.);
- (iii) lavouras - colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc);
- (iv) móveis - bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, por não estarem fixos ou presos ao solo, sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc);
- (v) operações do Banco do Brasil - aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc);
- (vi) pescarias - garantias fiduciárias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações - FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas - Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - Funpoper etc);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos - produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc;
- (viii) produtos industrializados: matéria-prima, mercadorias ou os produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapas de aço inox etc);
- (ix) recebíveis - recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes - animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc);
- (xi) títulos e direitos - títulos de crédito ou direitos em garantia (ações, Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, cheques, duplicatas etc); e
- (xii) seguros de crédito: Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Nos empréstimos a clientes, é dada preferência às garantias que ofereçam autoliquidez à operação.

O valor máximo considerado para efeito de comprometimento da garantia é obtido pela aplicação de determinado percentual sobre o valor do referido bem ou direito, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Percentual de cobertura dos ativos recebidos em garantia

Tabela 6 – Ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recebto de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
<i>Pledge Agreement – cash collateral</i> ⁽²⁾	100%
Carta de crédito <i>standby</i>	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda	100%
Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas	100%
Fundo de Garantia de Operações	100%
Fundo Garantidor para Investimento	100%
Outros	100%
Finança ou aval ⁽³⁾	100%
Seguro de crédito	100%
<i>Pledge Agreement – securities</i> ⁽⁴⁾	77%
Fundos <i>offshore</i> - BB Fund ⁽⁵⁾	77%
Semoventes bovinos ⁽⁶⁾	70%
<i>Pledge Agreement – cash collateral</i> ⁽⁷⁾	70%
Demas garantias ⁽⁸⁾	50%

- (1) Exceto os que possuam contrato de swap.
- (2) Máxima modalidade de operação.
- (3) Máxima modalidade de operação.
- (4) Contrato de *margin* com o banco que possui limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a codificação.
- (5) Contrato de *margin* com o banco que possui limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a codificação.
- (6) Exceto em operações de Crédito do Produtor Rural (CPR).
- (7) Exceto em operações de Crédito do Produtor Rural (CPR).
- (8) Contratos de determinadas características: móveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem estar internalizadas no Banco e São bloqueadas pela instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, a seu critério, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vendidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Os fundos de aval utilizados como garantia pelo Banco, mitigando o risco de crédito das operações, possuem as seguintes características:

- (i) limites máximos do percentual de cobertura para utilização do fundo como garantia de operações em função do tipo da operação: investimento ou capital de giro;
- (ii) público alvo em função do faturamento ou do risco do cliente;
- (iii) existência ou não da apresentação de contragarantias;
- (iv) limites máximos sobre o montante dos recursos que constituem o patrimônio líquido do fundo (índice de alavancagem); e
- (v) limites para perdas acumuladas, isto é, o índice máximo de inadimplência admitido (stop loss).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os gestores dos fundos de aval realizam o acompanhamento quanto ao enquadramento das operações nas regras do fundo, previamente à concessão dessa garantia, bem como a gestão operacional das garantias concedidas e dos ativos do fundo, determinando, se necessária, a suspensão da utilização dos fundos em garantia de operações, antes que o montante dos recursos vinculados ultrapassem a alavancagem prevista para cada fundo.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

São utilizados para gerenciar a concentração das exposições, o acompanhamento dos limites setoriais e as exposições individuais e por grupo empresarial. Adicionalmente, o Banco desenvolveu e implementou sistemática de mensuração e acompanhamento da concentração do risco de crédito na carteira de pessoas jurídicas. O modelo, baseado no índice de *Herfindahl*, avalia a concentração a partir do risco de crédito dos tomadores e considera a inter-relação entre os diversos setores econômicos que compõem a carteira de crédito de pessoas jurídicas.

Abaixo, são apresentados os valores representativos das exposições por atividade econômica e por região geográfica.

Exposições por atividade econômica

	31.12.2012	31.12.2011
R\$ mil		
Banco do Brasil	479.071.860	373.423.707
Pessoa Jurídica	287.449.160	222.539.109
Metaburgia e Siderurgia	32.020.837	26.041.921
Petroliero	29.526.278	29.333.982
Serviços	27.283.881	17.723.539
Agricultura de Origem Vegetal	26.833.837	22.522.826
Construção Civil	25.447.677	16.550.855
Energia Elétrica	17.185.106	14.166.882
Automotivo	16.853.309	12.920.780
Transporte	12.744.245	10.027.635
Agricultura de Origem Animal	12.724.054	10.919.608
Comércio Varejista	12.221.169	9.650.798
Têxteis e Confecções	10.734.582	9.025.317
Eletr eletrônico	10.249.337	8.146.601
Papel e Celulose	8.818.039	6.426.162
Insumos Agrícolas	7.884.792	5.989.427
Comércio Atacadista e Indústrias Diversas	7.078.177	4.386.869
Telecomunicações	7.034.302	5.472.813
Químico	6.659.701	5.676.796
Madeireiro e Móveis	6.340.171	5.240.828
Demais Atividades	5.227.681	2.435.051
Couro e Calçados	2.790.407	2.407.243
Bebidas	1.791.578	1.493.486
Pessoa Física	191.622.700	150.890.898
Banco Votorantim	36.174.754	37.391.476
Pessoa Jurídica	10.306.857	10.435.591
Pessoa Física	24.867.897	27.465.885
Total Banco do Brasil e Banco Votorantim	514.246.614	411.331.183

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exposições por região geográfica

	31.12.2012	31.12.2011
R\$ mil		
Banco do Brasil	479.071.860	373.429.707
Mercado Interno	433.944.470	341.060.850
Sudeste	236.676.888	183.380.359
Sul	82.925.472	67.773.838
Centro Oeste	50.793.401	40.253.973
Nordeste	44.815.734	35.698.685
Norte	18.732.975	14.035.995
Mercado Externo	45.127.390	32.378.897
Banco Votorantim	35.174.754	37.901.476
Total Banco do Brasil e Banco Votorantim	514.246.614	411.331.183

Operações de crédito renegociadas

Operações de crédito renegociadas são aquelas com evidências de problemas de recuperabilidade do crédito por dificuldade financeira significativa do devedor, que tenham sido compostas ou renegociadas, com alteração das condições originalmente pactuadas.

Os saldos relativos às operações renegociadas constam da Nota 21.

Ativos que o Banco adquiriu na liquidação de operações de crédito

	31.12.2012	31.12.2011
R\$ mil		
Imóveis	292.856	280.165
Veículos e Afins	77.117	53.445
Máquinas e Equipamentos	7.234	8.059
Outros	72	76
Total	377.279	321.742

Os bens móveis e imóveis obtidos em razão da recuperação de créditos inadimplidos são periodicamente ofertados ao mercado, por meio de processos licitatórios, mais frequentemente na modalidade de Leilão, não sendo política do Banco sua utilização para obtenção de receita financeira ou no desempenho de sua atividade fim.

7) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falta, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Em atendimento à Resolução CMN 3.380, a estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pela Diretoria de Gestão de Riscos e pela Diretoria de Gestão de Segurança. A Diretoria de Controles Internos atua de forma independente na segunda camada de controle e validação dos riscos. A gestão corporativa do risco operacional está centralizada na Diretoria de Gestão de Riscos.

Para garantir efetividade ao gerenciamento do risco operacional, no Banco, bem como assegurar a realização das funções pelas áreas responsáveis, definiram-se cinco fases de gestão.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Fase de gestão	Sinopses das atividades
Identificação	Consiste em identificar e classificar os eventos de risco operacional a que o Banco está exposto, indicando áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros associados a processos, produtos e serviços da organização.
Avaliação	É a quantificação da exposição ao risco operacional com o objetivo de avaliar o impacto nos negócios do Banco. Consiste, também, na avaliação qualitativa dos riscos identificados, analisando sua probabilidade de ocorrência e impacto de forma a determinar o nível de tolerância ao risco.
Controle	Consiste em registrar o comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	Consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco buscando reduzir as perdas operacionais por meio da remoção da causa do risco, alteração da probabilidade de ocorrência ou alteração das consequências do evento de risco.
Monitoramento	É a ação que tem por objetivo identificar as deficiências do processo de gestão do risco operacional de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento da Alta Administração. É a fase de reatualização do processo de gerenciamento de risco operacional, onde é possível detectar fragilidades nas fases anteriores.

Política de risco operacional

A política de risco operacional, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, contém orientações às áreas do Banco, que visam garantir a efetividade do modelo de gestão do risco operacional.

Essa política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com o objetivo de identificar, avaliar, mensurar, mitigar, controlar e monitorar os riscos operacionais inerentes aos produtos, serviços, processos e sistemas no âmbito do Banco do Brasil.

Monitoramento

O acompanhamento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes e acionamento das áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços em caso de necessidade de proposição de ações de mitigação, é feito através da apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais, o qual contempla as ocorrências das redes interna e externa.

Com o objetivo de tornar o monitoramento ainda mais eficiente, foram adotados limites específicos para as seguintes categorias de eventos de risco operacional:

- (i) problemas trabalhistas;
- (ii) falhas nos negócios (planos econômicos, indenização cobrança e sucumbência, exclusão de cadastro restritivo, repetição de indébito e falhas em serviço);
- (iii) fraudes e roubos externos (roubos externos, fraude eletrônica externa, perdas com cartões); e
- (iv) fraudes internas.

O monitoramento é realizado mensalmente pela Dirs com reporte ao SRO e ao CRG. Havendo extrapolação de algum limite específico, acima indicado, cabe ao gestor do produto, processo ou serviço ao qual esteja associado, indicar as causas bem como ações de mitigação para reequilíbrio do limite extrapolado.

Banco Votorantim

Introdução

Em 2009, o Banco do Brasil estabeleceu uma parceria estratégica com o Banco Votorantim, adquirindo 49,99% do capital votante e 50% do capital social total. Essa parceria estratégica alia diferenciais competitivos das duas instituições: a capacidade de origemação de ativos e o modelo de negócios ágil do Banco Votorantim e a força do Banco do Brasil, com grande capilaridade de rede e capacidade de captação.

A estrutura da parceria preserva o modelo de gestão e impulsiona a capacidade de ambas as instituições de captarem oportunidades de crescimento de forma mais forte e rápida. Representa avanços em novos negócios e atuação em áreas estratégicas, com criação de valor para o Banco do Brasil, para o Banco Votorantim e para os clientes, que passam a contar com uma instituição ainda mais competitiva, sólida e ágil.